



Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do
Património Cultural e Natural (BRAGA)

Complexo das Sete Fontes e Recolhimento das Convertidas

FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2022

Outubro

Estremoz



Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural

Foi criada em Braga, em janeiro de 1977

Resultou da CODEP, um grupo de pressão criado em janeiro de 1976 no sentido da conservação e estudo dos vestígios, recém descobertos, de Bracara Augusta

Destacou-se pela defesa da cidade romana de Bracara Augusta, a luta pela reintegração do Mosteiro de Tibães no património nacional e pela classificação e salvaguarda do Complexo das Sete Fontes

Em 2022 ainda há perdas de património que exigem a ação da ASPA.

Passaram quase 47 anos...



SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À
CIDADE DE BRAGA, NO SÉC. XVIII
(Complexo das Sete Fontes)

1995 2001 2009 2011 2014 .. 2022

Local de captação de água a Braga desde o período romano; o sistema hidráulico visível é do séc. XVIII



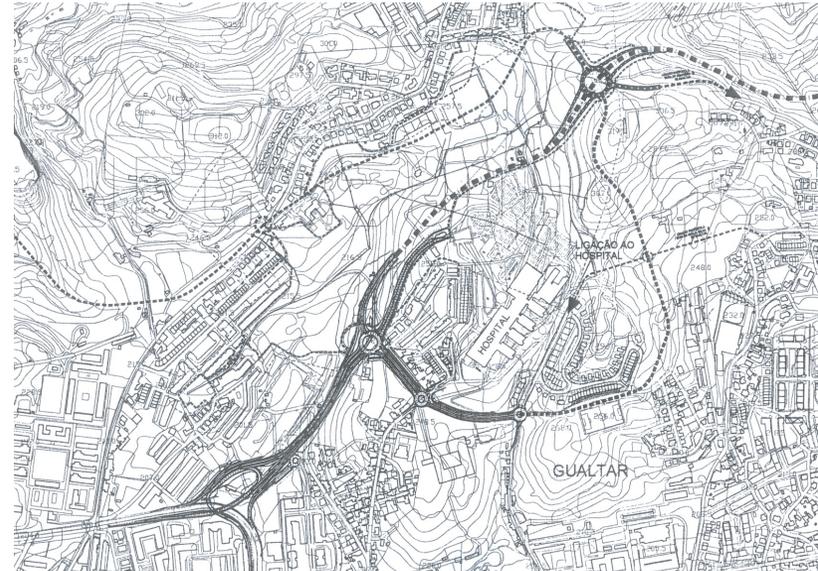
Minas
Bacias de decantação
Mães d`água
Galerias
Respiros
Aquedutos



2001: o PDM ignorava o Sistema Hidráulico e o manancial de água que o suporta

Monumento Nacional desde 2011

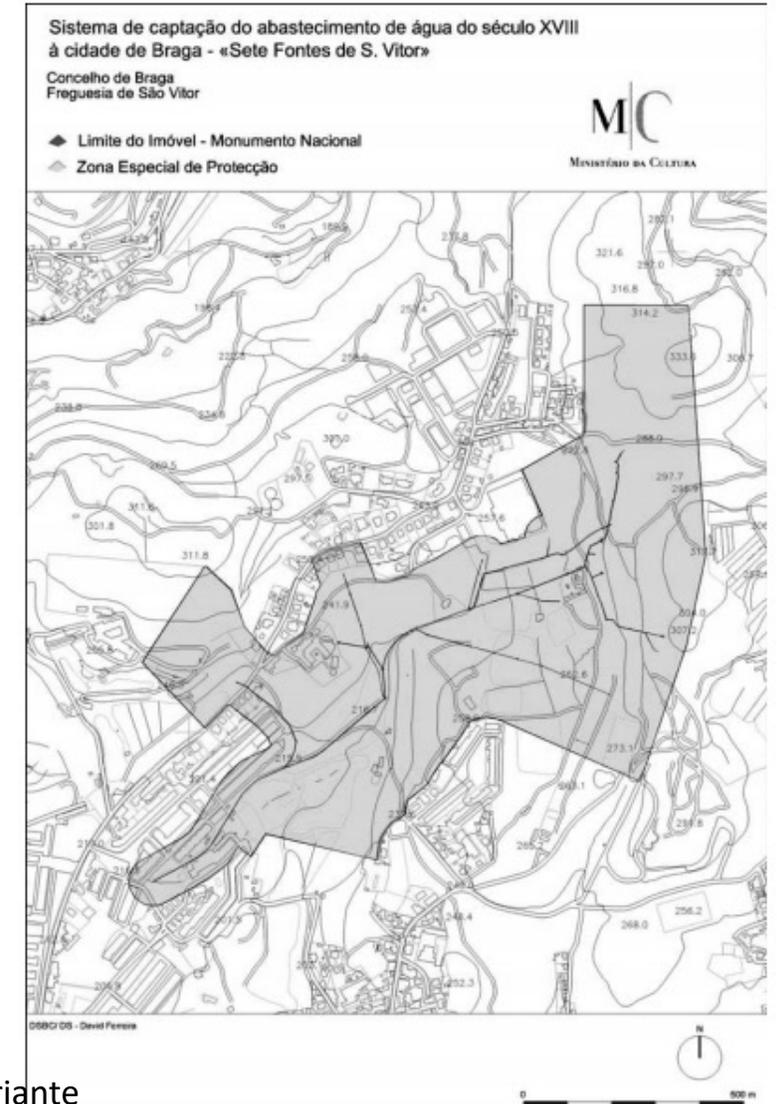
ZEP - Publicada em 2011



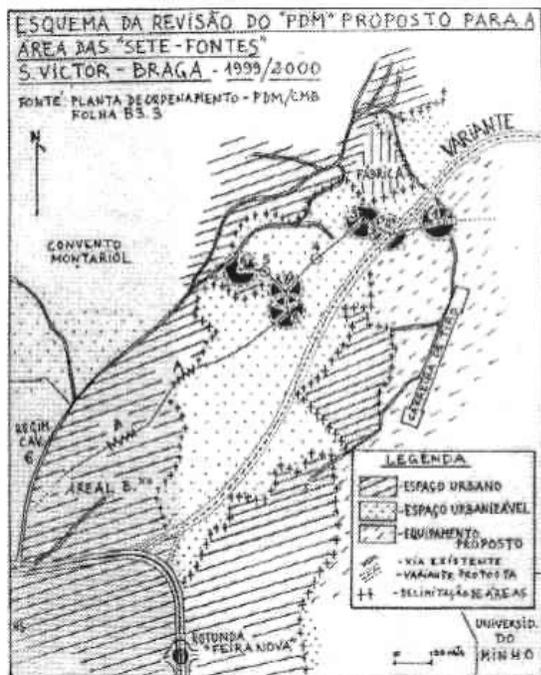
Variante à EN 103; prevista a atravessar o MN.



“Obra de arte”: evidencia a intenção de construir a variante



Alerta público da ASPA (abr2000)



Prédio sobre o aqueduto



Escoras na galeria do Sistema



2009

Escoras colocadas por pressão da Junta de Freguesia, devido ao impacto da passagem de camiões para as obras do Hospital. O Hospital foi construído junto ao Monumento, em parte da ZEP.



Inúmeras visitas às Sete Fontes

2009
2010



Abraço pelas Sete Fontes (2009)



Marcha pelas Sete Fontes (2009)

Peticionários “Pela salvaguarda das Sete Fontes”.

Unindo várias organizações locais.

2009 - 2010

Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.



Maio 2010: Entrega da [Petição](#)



[Relatório final da Petição nº 64/XI/1ª](#)

Maio de 2011:

- Classificação como MN
- Publicação da ZEP

Etapas: Comissão de Ética, Sociedade e Cultura... apreciação em Plenário... duas recomendações ao Governo para classificação

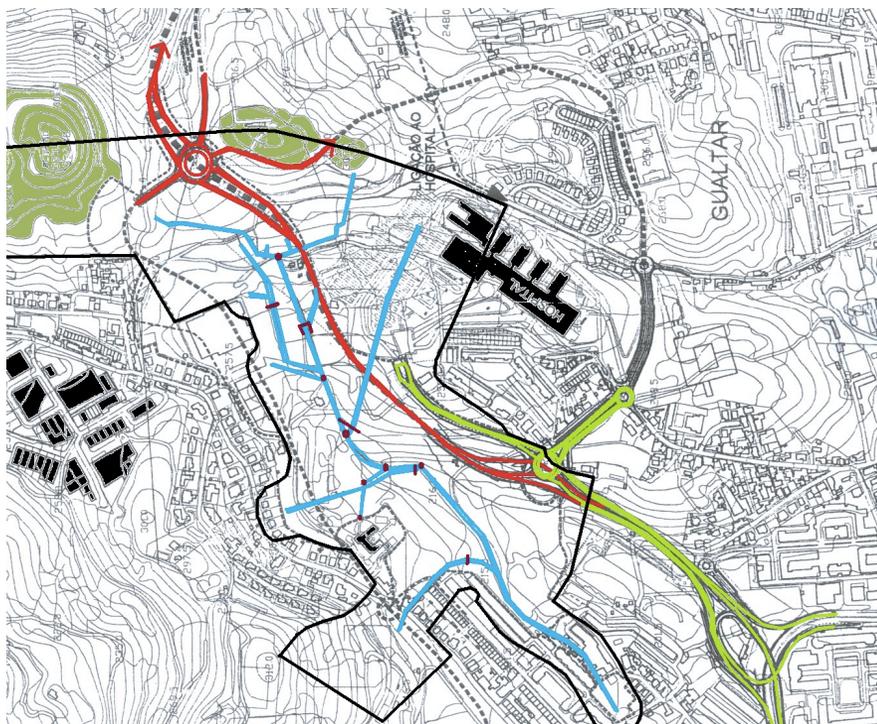
Plano de Pormenor de Sete Fontes (termos de referência)

Tomadas de posição face ao documento divulgado pela CMB

Junho de 2011

PLANO DE PORMENOR DAS SETE FONTES

Uma rotunda com 5 vias em área da ZEP do Monumento Nacional!



Planta de enquadramento do Plano de Pormenor elaborado pela Câmara Municipal de Braga (reforçamos as linhas essenciais de modo a facilitar a interpretação)

“Sistema de Abastecimento de Água, do Séc. XVIII, à Cidade de Braga” ou Complexo das Sete Fontes.

Classificado pelo Decreto nº 16/2011, de 25 de Maio.

Zona Especial de Protecção definida pela Portaria nº 576/2011, de 7 de Junho.

Outros diplomas aplicáveis:

Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro.

Decreto-Lei nº 309/2009, 23 de Outubro.

REDE VIÁRIA PREVISTAS PARA A ÁREA DA ZEP:

Linha vermelha – rotunda e vias, com a variante à EN 103 a atravessar o Monumento Nacional.

Linha verde – vias já construídas para acesso ao hospital.

CONDICIONANTES:

Linha azul – estrutura subterrânea do MN.

Linha preta – limites da ZEP do MN.

Manchas verdes junto à “rotunda” – cumes que enquadram a vertente, principal fonte de adução de água ao Sistema Hidráulico.

Exmº Senhor
Engº Francisco Mesquita Machado
Presidente da Câmara Municipal de Braga
Praça Municipal
4704- 514 BRAGA



pela SALVAGUARDA
do COMPLEXO
das SETE FONTES

Assunto: Participação pública nos termos de referência do Plano de Pormenor das Sete Fontes

Data: 4 de Novembro de 2011

Exmº Senhor,

No uso do direito de participação no período de discussão pública dos termos de referência do Plano de Pormenor das Sete Fontes:

- I. Exigimos um Plano de Pormenor de Salvaguarda de acordo com a garantia da lei (Lei nº 107/2001 e Decreto-Lei nº 309/2009);
- II. Rejeitamos a construção da variante à EN 103 e respectiva rotunda, uma vez que estão localizadas na área da Zona Especial de Protecção (ZEP) do Monumento Nacional;
- III. Reivindicamos a realização do estudo hidro-geológico recomendado pela Assembleia da República e determinado pela Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendente à preservação dos mananciais de água existentes;
- IV. Reclamamos a suspensão imediata do Plano Director Municipal (PDM) de Braga na área da ZEP das Sete Fontes;
- V. Exigimos a salvaguarda da água e da envolvente paisagística do Monumento Nacional.

Com os melhores cumprimentos,

(Assinatura legível)

Documento de identificação/ nº: _____

Um contributo para a participação pública:

Peticionários pela Salvaguarda das Sete Fontes – setefontes7@gmail.com

ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural) – aspa.patrimonio@gmail.com

20 de Outubro 2011

Missiva disponibilizada aos cidadãos...

Com novo executivo municipal desde outubro de 2013...

2014:

- **Suspensão do PDM na ZEP das Sete Fontes**
- **Fim da variante à EN 103 por Gualtar.**

Criou-se a possibilidade de um **Parque Verde nas Sete Fontes.**

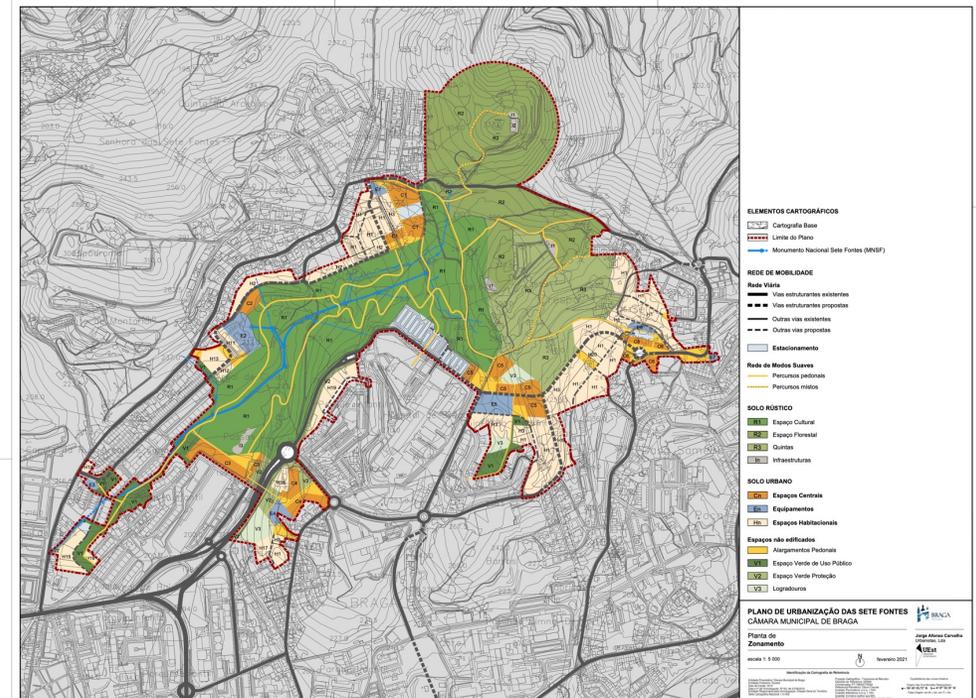
As opções assumidas pelo município, em sede de revisão do PDM de 2001, criaram **expectativas de construção** a quem possuía ou adquiriu terrenos na envolvente das Sete Fontes.

Em **2021**, a **CMB** comprou parte dos terrenos destinados ao **Parque Verde.**

Dois proprietários continuam a **reclamar direitos** “criados” pelo **PDM de 2001.**

2021-2022:

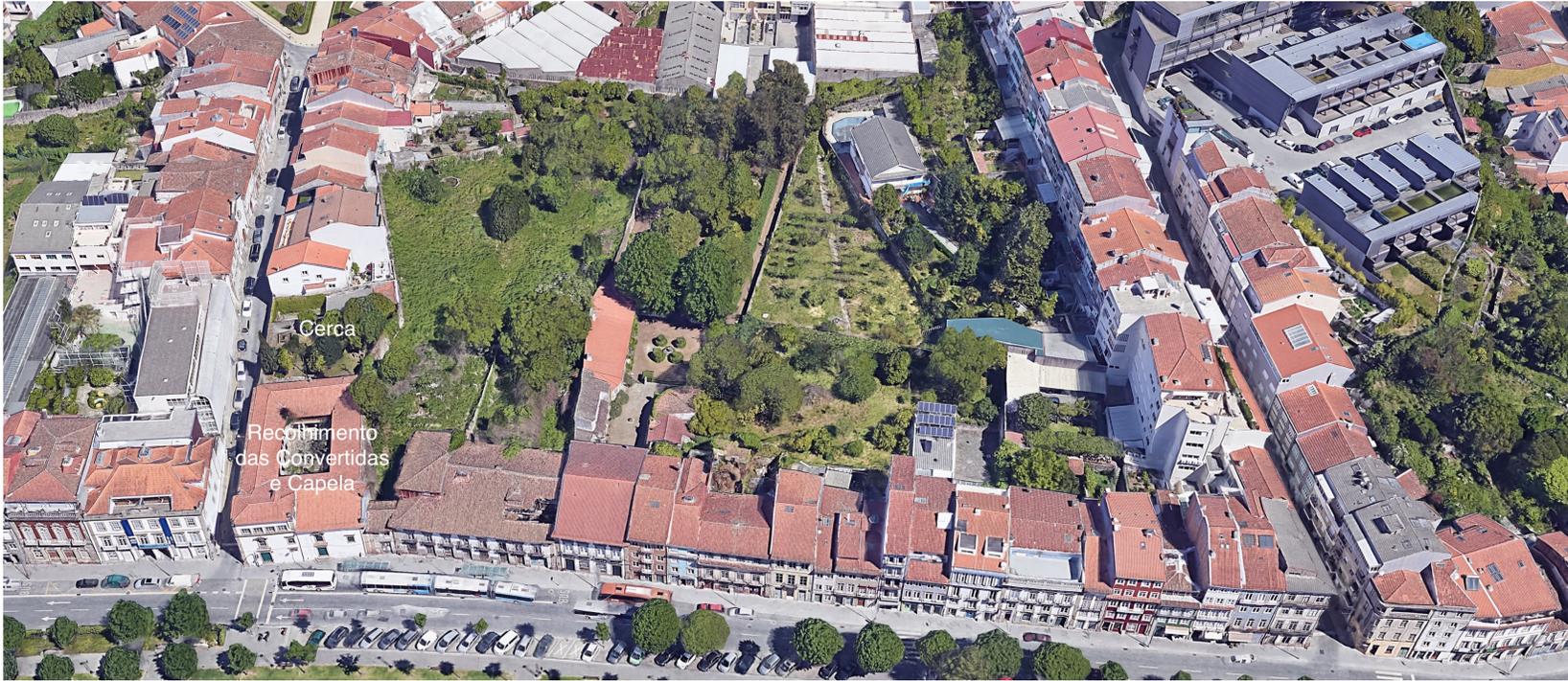
Plano de Urbanização e Estudo Paisagístico



30 ha de Parque Verde + 30 ha de área florestal

O Parque Urbano das Sete Fontes ficará, para a história, como uma vitória da CIDADANIA.

RECOLHIMENTO DAS CONVERTIDAS



1998 ¹

2012 ²

2019 ³

2022 ⁴

Quarteirão do Recolhimento das Convertidas. Já iniciou a obra para construção do Hotel Plaza Central.

¹ Pedido de classificação apresentado pela ASPA

² Classificação como Monumento de Interesse Público e definição da ZEP. Publicação em Diário da República.

³ Em Conselho Estratégico da Reabilitação Urbana de Braga (CERPUB), a ASPA pronunciou-se contra a construção do Hotel e enviou justificação à CMB; PIP aprovado pelo executivo Municipal, com parecer favorável da DRCN e dois votos contra: do vereador do Urbanismo e Património e do vereador da CDU.

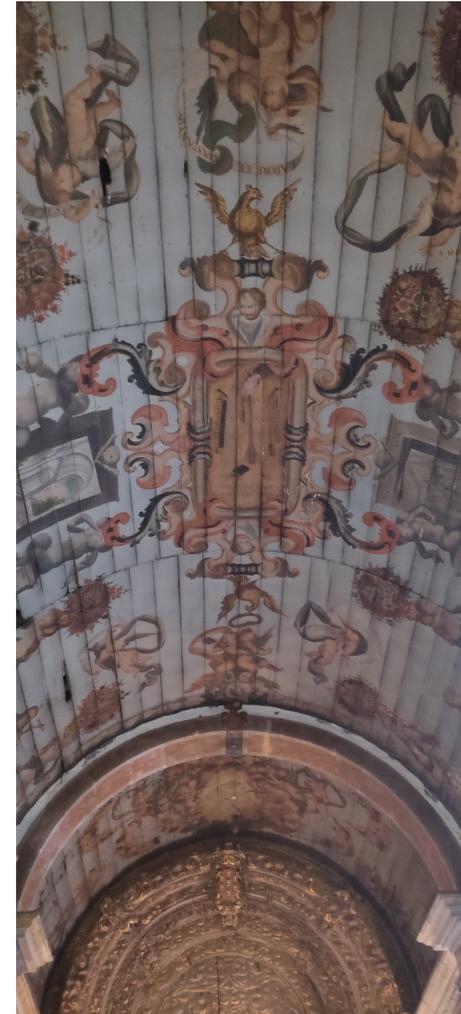
⁴ Início da obra no quarteirão contíguo ao Monumento de Interesse Público

RECOLHIMENTO DAS CONVERTIDAS

Memorial do barroco conventual português.



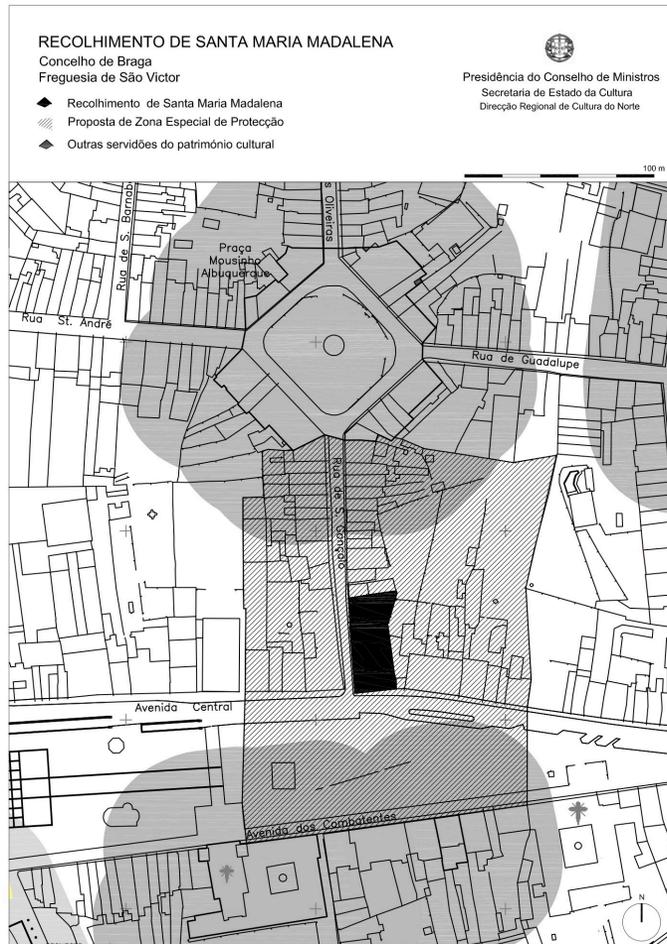
Frente de rua (protegida pela ZEP)



Capela



UM QUARTEIRÃO PROTEGIDO POR QUATRO ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO



- Praça Mouzinho de Albuquerque
- Capela de Guadalupe
- Igreja dos Congregados
- Recolhimento das Convertidas

Hotel Plaza Central – Sociedade Meliá Braga

Requerentes do PIP: Manuel Proença e António Salvador



Destaque

Nova unidade terá 110 quartos

Sociedade Meliá Braga avança com construção do Hotel Plaza Central, num investimento de 10 milhões de euros



Com projeto de arquitetura de Rosário Almeida, o até agora batizado de Hotel Plaza Central tem o seu ponto de partida num edifício com interesse arquitetónico, do séc. XVIII, junto ao Convento das Convertidas.

A sociedade Meliá Braga, detida pela Hoti Hotéis e que tem como sócio (minoritário) o empresário António Salvador, vai avançar com a construção de uma segunda unidade hoteleira nesta cidade, o hotel Plaza Central, com quatro estrelas e 110 quartos, num investimento de 10 milhões de euros.

Localizado na zona histórica da cidade de

Adaptar um edifício do séc. XVIII

O projeto prevê a "adaptação do edifício do séc. XVIII ao programa hoteleiro e a construção de um novo volume paralelo a este assumindo como referência o alinhamento do tardoz do Convento das Convertidas", conta. Este novo edifício fica afastado 6,5 metros do existente, criando um pátio ajardinado entre eles que funciona como ele-



Um hotel com 110 quartos, 5 pisos e estacionamento subterrâneo, contíguo ao Recolhimento das Convertidas e Capela (edifício com estruturas pouco robustas de granito e madeira).

“Imobiliário” 15 maio 2020

Entre Aspas

“ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural”
Apartado 19 471 – 909 BRAGA (Portugal)
www.aspa.pt | Blogue: aspasanos.blogspot.com
Facebook: ASPA PATRIMONIO | mail: aspa.patrimonio@gmail.com



Recolhimento das Convertidas. Braga. Que futuro para a capital do Barroco?

Há dias o Governo anunciou um programa de investimentos em edifícios devolutos, património do Estado, a fim de os remodelar para habitação de renda acessível. O anúncio foi amplamente reproduzido na Comunicação Social.

Da lista dos edifícios a aproveitar consta o Recolhimento das Convertidas.

A Direcção da ASPA ficou perplexa e mesmo zangada ao ler as notícias.

Consideramos uma opção absolutamente inadmissível e as razões são óbvias:

1. Na verdade, o Recolhimento das Convertidas está classificado como Monumento de Interesse Público, pela Portaria n.º 665/2012, de 7 de novembro – (*Diário da República*, 2.ª série – N.º 215), que também define a respectiva Zona Especial de Protecção. Refere que: “O Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas foi instituído em 1722 pelo Arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles, para acolher -mulheres convertidas a Deus [...] arrependidas [...] dos seus erros-. O edifício divide-se em dois pisos que se desenvolvem em torno de um pátio em forma de U, com as celas e as dependências de serviço. A fachada principal, onde se situam as entradas da capela e do recolhimento, é marcada pelo torreão retangular, possivelmente um acrescento de época posterior. A capela, de planta retangular, é composta por nave única, coro com oratório, capela-mor e sacristia. As paredes da nave são revestidas por azulejos de figura avulsas, e o teto, de madeira, é pintado com anjos e elementos hagiológicos. Ao centro da capela-mor foi erigido o retábulo barroco de talha dourada. A classificação do Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas tem por base os critérios do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, como o interesse do bem como testemunho simbólico e religioso e o valor estético e técnico do bem. A zona especial de protecção tem em consideração a sua implantação numa área da cidade perfeitamente consolidada, onde outros edifícios com interesse arquitetónico contribuem para a valorização do imóvel e a sua fixação visa salvaguardar alguns dos imóveis da frente urbana da Avenida Central, bem como toda a Rua de São Gonçalo que, por ser bastante estreita, estabelece uma relação direta com o imóvel.”

2. Pelo que se pode ler acima, a Direcção Regional da Cultura do Norte (que instruiu o processo) fundamentou com detalhe suficiente o porquê da classificação das Convertidas. Ora, supõe-se que uma das atribui-



fachada das Convertidas



Pátio

ções dos Serviços estatais e dos elementos que integram os gabinetes dos ministros seja o conhecimento da legislação publicada em Diário da República, de modo a que os responsáveis políticos tomem decisões acertadas, ou pelo menos sensatas.

3. Qualquer projecto de remodelação das Convertidas em habitação de arrendamento acessível será inferior, ficando o imóvel reduzido à fachada.

Ora, na portaria da classificação está perfeitamente destacada a relevância da estrutura interna do imóvel,



Capela

Agora é o próprio Monumento que parece ser o alvo directo (a abater?), o que se estranha, pois é uma decisão que também ignora a lei fundamental do país.

E em boa verdade, a Constituição Portuguesa determina no Artigo 9.º, alínea c), como uma das tarefas fundamentais do Estado: “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território.”

Ao classificar o Recolhimento das Convertidas, o Estado procedeu de acordo com os seus deveres constitucionais. Ao projectar apartamentos para um Monumento de Interesse Público, desfigurando-o, está a transgredir.

Relembramos que o Recolhimento das Convertidas é uma peça essencial na capital do Barroco e de grande importância para o turismo local e nacional.

Enfim, o processo ainda está na fase inicial. Admitimos que tenha havido um lapso. Um grande lapso!

o seu valor simbólico, religioso e estético.

Fica, pois, aqui registada uma pergunta: foi consultada a Directora Geral do Património Cultural? Na verdade, a Sr. Arquitecta Paula Silva conhece bem o património arquitetónico da cidade de Braga, tendo sido responsável por várias intervenções de inegável qualidade em monumentos da cidade.

Múltiplos alertas públicos - Entre Aspas – e constante pressão sobre o Município, a DRCN e a DGPC.

4. É de assinalar que o município de Braga, através da CIM Cávado, encetou negociações com o Governo no sentido de assumir a salvaguarda e valorização deste monumento. A CIM Cávado e a Câmara Municipal de Braga foram auscultadas no âmbito desta decisão do Governo?

5. Recentemente, a ASPA interveio acerca da construção de um Hotel adjacente ao Monumento em questão, colocando uma série de questões que não tiveram qualquer resposta por parte das entidades da tutela, nem da Câmara Municipal Braga. De facto, também o projecto do Hotel colide com o espírito e a letra da lei, que transcrevemos acima.

Entre Aspas

“ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural”
Apartado 19 471 – 909 BRAGA (Portugal)
www.aspa.pt | Blogue: aspasanos.blogspot.com
Facebook: ASPA PATRIMONIO | mail: aspa.patrimonio@gmail.com



O Recolhimento das Convertidas estará em risco? A imagem urbana da Avenida Central estará ameaçada?

A ASPA está muito apreensiva com o impacto do projecto de uma unidade hoteleira de volumetria relevante, com cinco pisos, incluindo um parque de estacionamento subterrâneo e massiva ocupação de parte do interior do quarteirão, a poucos metros de um Monumento de Interesse Público – o Recolhimento de Santa Maria Madalena ou das Convertidas, situado na Avenida Central.

Dada a centralidade, importância e sensibilidade patrimonial da área para onde está previsto o hotel, que se encontra em Zona Especial de Protecção (ZEP) do Recolhimento das Convertidas, tendo em redor as ZEPs da Praça Mouzinho de Albuquerque, da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe e do Convento dos Congregados, esperava-se maior rigor e exigência na análise do projeto por parte da Direcção Regional da Cultura Norte (DRCN) e da Câmara Municipal de Braga (CMB). Presumia-se que a prioridade destas entidades fosse a integridade do Recolhimento das Convertidas, e outros monumentos de interesse público da envolvente, bem como a garantia de protecção da frente urbana consolidada na Avenida Central. Desconhece-se mesmo se foi realizado e colocado à apreciação dos serviços camarários algum estudo de enquadramento arquitetónico e paisagístico do novo edifício, no conjunto edificado da Avenida Central, e de eventuais impactos para a integridade urbanística do Campo Novo, como seria forçoso para que houvesse uma avaliação séria do projeto.

Mal teve conhecimento do projeto, a ASPA procurou obter respostas, por parte da DRCN e da CMB, para dúvidas que se colocam perante uma obra desta envergadura, a poucos metros de um monumento de interesse público, neste caso, um exemplar relevante de autenticidade memorial do Barroco conventual em Portugal.

Endereçámos os serviços à Câmara Municipal e à Direcção Regional de Cultura do Norte.

“Todavia, continuamos a não ter resposta às questões que colocamos às duas entidades a quem compete zelar pelo património. Continuamos a não saber se a análise do projeto ponderou um necessário estudo prévio, sob o ponto de vista histórico, arquitetónico, urbanístico, ambiental e estrutural.

Assim, perante o silêncio da DRCN e da CMB, cumpre-nos alertar a opinião pública sobre o risco a que, na nossa opinião, poderá estar sujeito o Recolhimento das Convertidas, classificado como monumento de interesse público, bem como a integridade da frente urbana da Avenida Central.

Na verdade, falta esclarecer: Se a DRCN e a CMB garantem a resistência das estruturas edificadas do Recolhimento das Convertidas e a sua integridade, durante a construção de uma unidade hoteleira de grande volume, com cave, a edificar a menos de 10 metros do monumento;

Se as duas entidades garantem que um hotel, contíguo ao Recolhimento das Convertidas, a edificar no interior do quarteirão, com cinco pisos, sendo dois acima deste monumento, não irá introduzir elementos que interfiram com o equilíbrio e unidade patentes na frente urbana da Avenida Central, desqualificando-a. O mesmo tipo de preocupação existe para com a imagem do Campo Novo;

Se a impermeabilização e alteração da morfologia do solo do interior do quarteirão, em resultado da obra, não terá efeito negativo na conservação dos alicerces e das estruturas de madeira do monumento, uma vez que haverá, supomos, alterações a nível fretático.

Porque motivo a DRCN, que se opôs durante dois anos ao projeto, ao que sabemos, dá agora o seu aval ao Hotel?

Cumpre-nos esclarecer que, face às dinâmicas da cidade, a ASPA não coloca obstáculos à construção de uma unidade hoteleira.

Mas a ASPA considera essencial que em qualquer projeto para esta área:

– se tenha em consideração, como ponto de partida, a existência e sensibilidade do Recolhimento das Convertidas, Monumento de Interesse Público situado a poucos metros da área a intervir;

– seja garantido o enquadramento paisagístico do Recolhimento das Convertidas e as perspetivas da sua contemplação, abrangendo os espaços verdes relevantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado;

– a nova construção seja distanciada do Monumento, de modo a salvaguardar a sua segurança, integridade e monumentalidade, respeitando-se a cénica do Recolhimento das Convertidas;

– sejam integrados no projeto os elementos de valor artístico e patrimonial existentes no edifício do séc. XVIII a intervir;

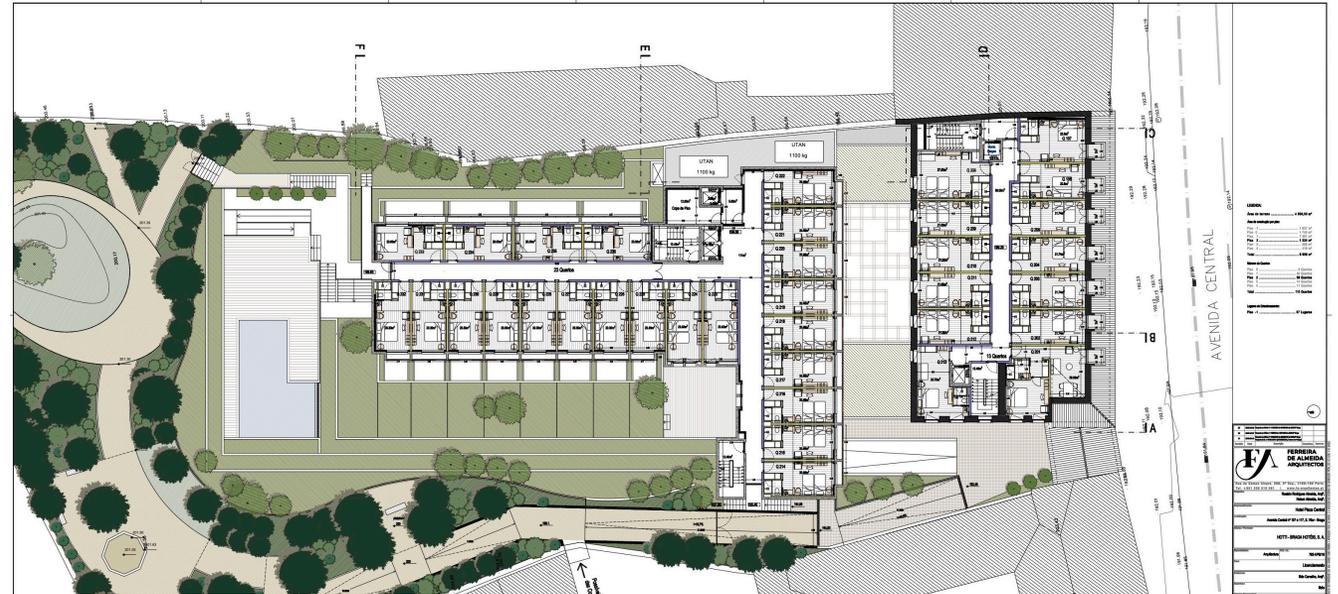
– sejam reduzidas, ao mínimo, a ocupação e a impermeabilização do solo no interior do quarteirão e que seja evitada a destruição dos espaços verdes nele contidos em nome de interesses singulares.

A ASPA apoia o progresso económico e social, a regeneração e transformação urbana, mas exige processos que garantam bons resultados em matéria de qualificação urbanística e enriquecimento da cidade.

A fisionomia da cidade já foi muito desfigurada ao longo de décadas. A ambição do lucro deve ser refreada pelos poderes públicos, para que Braga possa continuar a ser considerada a Capital do Barroco.

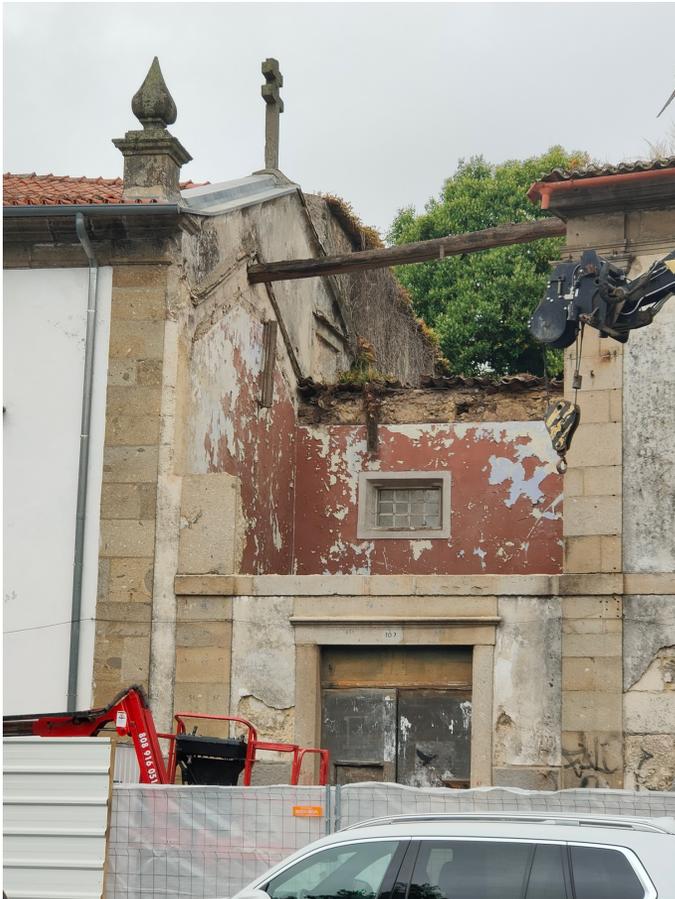
O Recolhimento das Convertidas é património de todos os bracarenses, de todas as gerações, de todos os estratos sociais, de todas as filiações da memória. Como tal, deve ser devidamente respeitado.

2019 PIP APROVADO, com parecer favorável da DRCN



OBRA EM CURSO...

O parecer favorável da DRCN considerou o monumento e a ZEP?



A Cerca do Recolhimento como acesso ao jardim do hotel?



À direita, o Monumento.
Obra: escavação e demolição integral do interior da habitação do séc. XVIII. (restou a fachada).

← Entrada para o futuro parque de estacionamento subterrâneo. Contígua à Capela barroca.

Hotel Plaza Central

As imagens divulgadas são enganadoras e impedem a perceção do impacto do projeto.

A frente de rua, alegadamente protegida pela ZEP, será seriamente descaracterizada.



Revisão	Data	Descrição	Desenhou	Aprovou
				
		FERREIRA DE ALMEIDA ARQUITECTOS		
		Rua do Campo Alegre, 298, 3º Esq., 4150-169 Porto Tel. +351 225 519 051 www.fa-arquitectos.pt		
		Projecto: Rosário Rodrigues Almeida, Arq^{ta}. Nelson Almeida, Arq^{to}.		
		Empreendimento: Hotel Plaza Central		
		Localização: Avenida Central nº107 a 117, S. Vitor - Braga		
		Cliente / Promotor: HOTTI - BRAGA HOTÉIS, S.A		
		Especialidade: Arquitectura Cód. Int.: 792-HPB/16		
		Fase: licenciamento		
		Colaborou: Ilídio Carvalho, Arq^{to}.		
		Desenhou: Ilídio		
		Técnico Responsável:		
		Página: Levantamento Topográfico		
		Escala: 1:200 Data: Jul. 2019 Desenho nº: 001		

Ocupação massiva, avulsa e não planeada do interior de um quarteirão protegido por ZEP



Será este o modelo a seguir para a “reabilitação” ou “revitalização” dos quarteirões dos Centros Históricos das nossas cidades?

Se não houvesse associações de defesa do património, como seriam as nossas cidades?

Imagine-se a força que as ADP podem alcançar na Defesa, Estudo e Promoção do Património Cultural Português!

Seremos capazes de colocar a Defesa e Salvaguarda do Património na agenda política nacional? Unidos, esperamos que sim.